

Apresentação da realidade (Totalidade)

2

O espaço urbano e o sujeito em sociedade: primeiras aproximações

Eu, sujeito socialmente construído, não estou somente no espaço. O espaço, enquanto uma dimensão social, também está em mim. *Eu* sou o espaço porque eu o produzo socialmente e, ao mesmo tempo, sou produzido e condicionado por ele¹. Em suma, transformo e sou transformado pela sociedade por meio do espaço a cada momento do movimento contínuo de concretização.

Posto isso, nos indagamos a respeito das seguintes questões: Com qual ideia de sujeito que se está se referindo? É possível observar o espaço e o sujeito a partir da noção de totalidade? Enquanto totalidades distintas mas que se encontram intimamente relacionadas na realidade social? Como isso nos auxilia a desvelar a concretização do sujeito total insurgente no espaço, tendo em vista o contexto histórico-geográfico da cidade de conteúdo urbano, o papel das (inter)ações sociais e a importância do processo de (sua) mediação no/ do cotidiano? Antes de se debruçar efetivamente sobre as questões expostas, outra emerge, também balizar, a fim de esclarecer melhor e justificar a opção pelo sujeito como uma das categorias analíticas centrais desta dissertação.

2.1

Porque o sujeito como categoria analítica?

Como introdução a discussão, convém definir o contorno sobre o qual se intenta trabalhar o sujeito contemporâneo aqui, incluindo aí a razão pela escolha dessa nomenclatura e não de outra. Antecipa-se o fato de que a definição encaminha por um sentido aberto abarcando até certo ponto seus termos correlatos, como indivíduo, ator, agente, entre outros; embora se tenha conhecimento que cada denominação corresponde a uma matriz conceitual que lhe sustenta e lhe dá um sentido, de tal modo que evidencia as múltiplas faces que o ser humano pode assumir e representar socialmente.

Por isso, mesmo que de maneira breve, considera-se importante explicitar algumas diferenças conceituais²: o indivíduo advém de uma matriz matemática,

¹ Deixa-se claro que, com tais palavras iniciais, de forma alguma se intenta considerar o espaço como um “sujeito”, delimitado por um determinismo espacial; apenas visa ressaltar como um produto social pode ser capaz de condicionar quem o produziu.

² Sobretudo a partir das argumentações feitas pelo Prof. Dr. Ivaldo Gonçalves de Lima durante o curso “Teoria e Epistemologia da Geografia” do PPG em Geografia da PUC-Rio.

enquanto um elemento irreduzível no universo; o habitante é uma categoria de matriz ecológica, pois ocupa e interage em um habitat; o cidadão tem uma matriz sociopolítica; é ator ou agente social qualquer pessoa (que age) dentro de uma sociedade, basta ter um papel, referindo-se a matriz sociológica; e o sujeito enquanto uma matriz socioética, traz a tona a questão do outro, posto que o reconhecimento do outro é a afirmação do sujeito. Seja qual for a categoria analítica e o respectivo significado utilizado, todas se referem a mesma “coisa”, ou melhor, ao mesmo ser, humano e social, portanto, em nosso caso, ao sujeito. Entende-se que com essa categoria seja possível incorporar diferentes perspectivas, fundamento assim, seu nível de complexidade e coerência sem se perder no labirinto de diversas definições.

Há, nesse sentido, uma ampla diferença e diversidade entre as categorias analíticas que variam de acordo com os pressupostos de cada autor. Por exemplo, o geógrafo Milton Santos, segundo Vasconcelos (2011), utiliza a categoria de ator para discutir “A Natureza do Espaço” (2006), embora faça uso de agente em alguns momentos. Para ele a distinção capital se refere aos atores que decidem e os demais atores, sendo coerente com o arcabouço teórico-metodológico que propõe sobre o objeto da ciência geográfica, o espaço enquanto “um conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistema de ações”. A coerência advém da predileção do poder de decisão como fator de distinção, cuja assimetria inerente varia em função das escalas de realização que determinadas ações e intencionalidades de um ator podem alcançar. A opção por esse caminho teórico, que procura não definir com exatidão a diferença entre ator e agente, é melhor compreendida se for notada uma clara influência sociológica na elaboração de seu “sistema de ações”. O sociólogo Anthony Giddens, em sua obra “A Constituição da Sociedade” (1989), na qual busca propor a incorporação do espaço-tempo na teoria social, e apesar de distinguir o ator, o agir e atuação, entende o agente e o ator como sinônimos, pois em síntese o que está se tratando é do “sujeito humano total, localizado no tempo-espaço corpóreo do organismo vivo” (p. 41 apud VASCONCELOS, 2011, p. 82). O que em muito corrobora com as premissas levantadas aqui em torno do sujeito. Outro ponto de convergência e influência se evidencia na ênfase das assimetrias do poder como forma de diferenciar os atores na medida em que define o controle como “a capacidade que alguns atores, grupos ou tipos de atores têm de influenciar as circunstâncias da ação de outras”

(GIDDENS, 1989, p. 231 apud VASCONCELOS, 2011, p. 82). É essa linha de pensamento, tanto de Santos quanto de Giddens, que nos baseamos, principalmente no que diz respeito a sujeição do sujeito por outro a partir do poder assimétrico de decisão estabelecido.

O princípio balizar norteador: o sujeito que se sujeita, sendo impelido a isso; o sujeito aberto sujeito a determinações criadas historicamente, levando-o a se fechar em si; o sujeito que se representa e se projeta enquanto sociedade, classe e grupo social; o sujeito que é levado a crer que a sujeição é algo natural e imutável; o sujeito tão único quanto múltiplo mas que é reduzido e homogeneizado a uma mercadoria; o sujeito que produz as relações sociais de produção no espaço-tempo, mas o faz sob a primazia de determinadas relações alienadas; o sujeito que vive em meio a reprodução da vida e a reprodução (do poder) do capital; o sujeito que tem a sua potencialidade cerceada em razão da sujeição a qual está submetido.

Tal amplitude visa evitar conceitualizações limitadas, embora sem desconsiderá-las, já que são envolvidas pela categoria do sujeito de modo que sua aplicação prática na e sobre a realidade seja teoricamente consistente. Que limitações evitar? Por exemplo, Ferreira (2012), baseado em Pierre Bourdieu (1994), afirma que o agente, mesmo que ligado ao âmbito do agir, é passivo pois age mais por necessidade do que por uma atitude conscientemente reflexiva, principalmente no que tange a definição de intencionalidades. Já a categoria de ator, ainda segundo Ferreira (2012), agora baseando-se em Michel Crozier & Erhard Friedberg (1997), de forma inversa contemplaria uma capacidade maior de reflexão, embora ainda sob o jugo dos ditames do poder, cuja postura e o modo de agir o levaria não apenas a se adaptar, mas também a se reinventar construindo, em meio às relações de força e poder, estratégias de ação. Posto desta forma, ambos, agente e ator, retratam diferentes perspectivas que em essência dizem respeito ao sujeito em sociedade. Tomadas em separado e enfatizadas em desmedida, podem conduzir a concepções equivocadas: de um lado, deixa parecer que o agente é incapaz de se libertar dessa condição de passividade em relação as suas ações e interações, inclusive ignorando a possibilidade de isso já ser feito em algum momento da vida, mesmo que seja de maneira pontual; por outro lado, deixa parecer que o ator em sua capacidade reflexiva de construção de estratégias de ação não está suscetível às determinações do jogo de poder a qual está

subjugado, passível em algum momento às alienações impostas. São pontos de vistas realmente extremos, embora não impossíveis em concepção prática; mas são postos para realçar a complexidade em que é tratar do ser humano. Por isso, se opta por trabalhar com o sujeito enquanto uma categoria analítica; seja mediante a uma postura ativa ou passiva, reflexiva ou acrítica, se está se referindo ao sujeito, especificamente na qualidade de insurgente, que pode ser ou estar sujeito a ser algo ou alguém.

Independentemente da categoria que versa sobre o ser humano, todas encontram no sujeito um elo de ligação e uma base na qual podem alicerçar seus pressupostos. Poder-se-ia ainda se debruçar a partir de inúmeras outras contribuições de autores provenientes da sociologia, da filosofia, da história, da geografia, da antropologia acerca de tais categorias, contudo, por hora, na presente dissertação faz-se a escolha por um maior aprofundamento a respeito da categoria privilegiada que consubstancia todo o trabalho. Para tanto, é necessário apresentar e desenvolver brevemente a noção de totalidade na qual mencionamos, tendo em vista a compreensão que pode suscitar em relação ao sujeito e ao espaço, imbricados na e pela sociedade.

2.2

O sujeito e o espaço em sociedade: totalidades na Totalidade concreta

Primeiro, com base em Lefebvre (1955), podemos considerar a totalidade de duas formas contraditórias: como uma totalidade acabada e como totalidade aberta e movente (no sentido de dinâmica).

Uma totalidade acabada exclui outras totalidades; ou bem se considera apenas uma totalidade, negando as outras, ou bem as totalidades consideradas permanecem exteriores umas das outras. Por outro lado, a totalidade “aberta” pode envolver outras totalidades; elas podem implicar-se profundamente, etc.(p. 01).

Nesse sentido, no que tange a totalidade acabada, a realidade é entendida como um conjunto ou totalidade de estruturas autônomas onde a dimensão do sujeito desaparece, é desconsiderada em prol da análise da estrutura. No que se refere à perspectiva aberta da totalidade, denota compreender o sujeito, assim como o espaço, não apenas nele mesmo, com suas singularidades e particularidades, mas em relação a outros sujeitos e espaços, como partes constitutivas de um todo.

Assim, no intento de enveredar pelo caminho da totalidade aberta, nos apoiamos também em Kosik (1976), para quem a totalidade significa compreender a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual e do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (p. 35). Mas em que sentido podemos falar de um todo (aberto) estruturado dialeticamente? Analiticamente realidade pode ser compreendida enquanto uma Totalidade estruturada em múltiplas totalidades que ao mesmo tempo são contraditórias, antagônicas e complementares entre si, exatamente por fazerem parte de uma mesma unidade que, por sua vez, é múltipla. A multiplicidade, produto da unidade, (re) produz a unidade ao influenciar o todo em seu movimento, assim como, por constituírem o todo, as múltiplas partes são também transformadas, perpetuando o movimento recíproco de implicações mútuas.

Dessa forma, qualquer fato (fenômeno, evento, processo) torna-se compreensível analiticamente na medida em que é apreendido como momento do todo, um fenômeno social histórico datado que “de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado” (KOSIK, 1976, p. 40). Através desta passagem, que o fenômeno define-se e define o todo, percebemos a complementaridade entre o todo e as partes, em que as partes estão no todo e o todo está nas partes³. Além disso, o fato do fenômeno ser sócio-histórico torna a Totalidade concreta que cria e recria a realidade ou a sociedade. Entretanto, cabe ressaltar que a realização concreta da história (historicidade) somente pode dar-se no espaço (SANTOS, 2006, p. 120), cuja concretização dá ao espaço histórico um caráter particular e relacional.

Nessa perspectiva, as dinâmicas e características internas de um espaço/lugar só são compreensíveis corretamente, principalmente nos dias atuais sob a égide da globalização, se forem contempladas as implicações existentes com o todo, ou seja, outros espaços/lugares em escala mundial com características e dinâmicas internas distintas e próprias. O momento histórico atual, mediante aos progressos conjuntos da ciência, da técnica e da informação, nos permite trabalhar objetivamente a totalidade já que convivemos com uma universalidade empírica

³ No entanto, cabe frisar que “as partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes.” (SANTOS, 2006, p. 115).

no período da globalização, uma totalidade concreta e empírica que abarca as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os lugares (SANTOS, 2006, p. 114-115). Nesse sentido, o autor enfatiza que “a totalidade é a realidade em sua integridade” compreendendo “conjuntamente o Planeta, isto é, a natureza e a comunidade humana” (idem, p. 116-117). Em síntese e em consonância esclarecedora, Lefebvre (1955) esclarece que o universo “(que envolve a Natureza, o homem e a história) apresenta-se como Totalidade infinita de totalidades parciais, círculos de círculos, ou melhor ainda, esferas de esferas” (p.10).

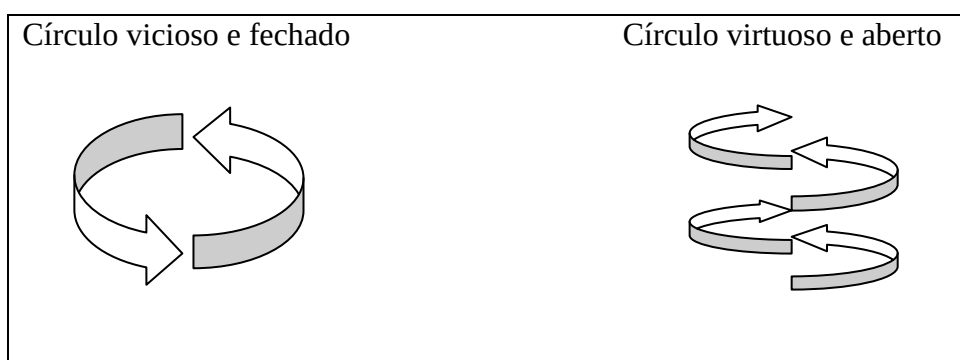
O espaço, totalidade parcial da Totalidade infinita que compreende a complexa realidade social, também é composta por inúmeras totalidades parciais envolvendo interações e processos que conectam as partes entre si e com o todo. Em outras palavras, é ao mesmo tempo um conjunto de conjunto de lugares e um dos conjuntos do conjunto do universo, cuja escala da realidade é revelada dependendo do enfoque analítico contemplado.

Como uma unidade de uma unidade, o sujeito não apenas cria através das ações o espaço-tempo social a sua volta, e que, aliás, carrega dentro de si em sua subjetividade, mas também se constitui enquanto um espaço-tempo singular interpenetrado pelo espaço-tempo social. Essa singularidade é expressa por uma corporeidade, uma dimensão física e mental, movida por interações internas (biológicas, físicas, químicas e psico-sociológicas conscientes e inconscientes) e concomitantemente movida por (inter) ações externas (sociais, políticas, simbólicas, culturais, econômicas etc.). Mesmo com ritmos temporais distintos, cada movimento interacional retroalimenta o outro permanentemente no espaço, a todo instante da vida; e é assim que a vivência corpórea do sujeito é produzida, vivida, percebida e concebida especialmente mediante a relação entre os sentidos que experimentam, a subjetividade que assimila e recria as experiências e as práticas que proporcionam e reconstroem o ato de experimentar a realidade.

Além de a totalidade ser alicerçada na imanência do aspecto relacional, há também um movimento da Totalidade que a faz metamorfizar-se constantemente diante das riquezas qualitativas e quantitativas das relações. Santos (2006, p. 119) escreve que a “Totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização (...) assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se”. Segundo Kosik (1976), o pensamento dialético processa-se

num movimento em espiral do qual cada início é abstrato e relativo: “é um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para as essências e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade” (p. 41). Nesse sentido, o movimento não se trata de um círculo vicioso e fechado (Figura 1), como uma totalidade autônoma em si mesma. Ao contrário, vislumbra-se um círculo virtuoso e aberto, por isso uma totalidade incompleta e propícia à determinações assim como às novas criações.

Figura 1 – Representações do movimento da totalidade:
uma perspectiva fechada e uma perspectiva aberta



Fonte: Santana, 2012

Todo sujeito é um fato e uma potência histórica, pois é determinado pela história a partir do momento em que nasce, vive e morre, e é determinante por fazer parte da história, ao vivê-la intensamente no espaço, constitui-la e ser capaz de transformá-la diante das condições sociais específicas.

Nesse momento, o tempo aparece ao lado do espaço. Na verdade, sempre esteve presente de forma subentendida. A totalidade está para o espaço assim como o movimento está para o tempo. O tempo dá ao espaço um movimento ritmado e diferente, isto é, cada um ao seu tempo ao mesmo tempo. Aqui, fica nítida ao nosso olhar, a proposição de diacronismo e sincronismo na relação espaço-tempo (SANTOS, 2006), pois se há um sincronismo próprio da Totalidade, há um diacronismo das partes/totalidades que compõem a Totalidade. Perfaz-se assim uma faceta da unidade em movimento, cujo acontecer se realiza por se tratar de um tempo concreto que tem por base a vivência real em um determinado lugar, o que implica compreender temporalidades e ritmos baseados nas práticas diárias estabelecidas entre sujeitos em sociedade, como o ato de trabalhar, de conceber, de descansar, de se divertir, de pensar, de perceber, de se reunir, de se isolar, de sonhar, enfim... como o ato de viver. Em meio a reflexão

sobre o movimento da totalidade, o tempo emerge enquanto uma condição existencial, proveniente de uma construção social subjetiva, que somente foi/é produzida, por ser também desvelado enquanto um produto existencial, da dinâmica objetiva vivida socialmente.

Desse modo, vislumbramos o sujeito, assim como o espaço, enquanto uma totalidade estruturada que “é, ao mesmo tempo, uma totalidade 'perfeita', acabada, um resultado e uma totalidade *in-fieri*, em movimento, um processo” (SANTOS, 2006, p. 119). A totalidade como produto e processo, concretizado e concretizando-se em movimento espiral, revela o próprio o sujeito em concretização no bojo da realidade, através das múltiplas dimensões da sociedade, dentre as quais a dimensão espacial.

As premissas nas quais a noção de totalidade instiga trabalhar, a respeito do sujeito e do espaço, em muito coadunam com as características observadas pela geógrafa britânica Dorren Massey acerca do espaço geográfico. Ao se debruçar sobre os elementos que estruturam a totalidade, associando-os ao sujeito, é possível identificá-lo, sucintamente, como sendo múltiplo, aberto e relacional, ou seja, enquanto qualidades intrínsecas ao seu (modo de) ser. De maneira concatenada e não coincidente, Massey (2008) compreende o conceito de espaço constituído de multiplicidades, um processo em processo de interação:

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. *Segundo*, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. *Terceiro*, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidos em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado (p. 29).

Porque ressaltar as semelhanças? Para destacar as diferenças. Tanto o sujeito quanto o espaço ao mesmo tempo são uno e múltiplos, um processo aberto em transformação e fruto de interações que consubstanciam uma coexistência relacional. Essas explicações tão próximas e entrelaçadas provêm exatamente do

que os distingue, sem que percam o sentido de complementaridade: um é produto do outro, um advém do outro. O espaço (social) é um produto (social) do sujeito social; o sujeito enquanto totalidade produz totalidades no bojo da Totalidade do real, tal como o espaço-tempo, uma dimensão, condição e mediação da concretude do sujeito total – aberto, múltiplo e relacional.

Em suma, em que sentido e contexto consideramos o sujeito enquanto uma totalidade no espaço? O sujeito é projeto, um ser multidimensional em vivência multiescalar na sociedade. Como resultado é sempre dinâmico, pois também é processo; como processo é síntese provisória na medida em que é também um resultado. Entre um ser concretizado e em concretização simultaneamente, o sujeito se perfaz como uma totalidade, um projeto constituído que está em permanente construção mediante a (inter) ação na sociedade. Sociedade que produz o sujeito que a produz; sujeito que produz a sociedade que o produz. Reciprocidade que desvela o contexto temporal e espacial que o sujeito se encontra, em meio ao movimento histórico-geográfico contínuo da sociedade, da reprodução da vida social. Reciprocidade que também demonstra o papel fundamental do sujeito total ao produzir a sociedade, inclusive no sentido de ser capaz de propiciar a transformação social. O adjetivo ‘total’ acompanhado do substantivo ‘sujeito’, visa ressaltar principalmente o que todo ser humano é, através de suas características qualitativas intrínsecas construídas socialmente. Portanto, é um ser social, fruto de uma criação coletiva transtemporal, um projeto determinado e determinante: o que implica reconhecê-lo em seu sentido existencial, ou seja, enquanto um projeto que em vivência (social) sofre determinações diversas, mas que em potência (social) é capaz de ser determinante. Ambas as perspectivas constituem o projeto que o sujeito é, por isso ele é total. O sujeito enquanto totalidade não é um projeto utópico, como algo a ser alcançado mediante a luta política; de modo contrário, o sujeito total é real em pleno processo de concretização diária, cuja concretização efetiva desse projeto pode findar em realizações sociais insurgências e utópicas.

2.3

A (re) produção do espaço de conteúdo urbano: simultaneidades e contradições da cidade

Se retomarmos que o espaço é o que somos e somos o que o espaço é, então o enfrentamento e a possível superação de diversas problemáticas sociais no período da globalização, inexoravelmente, necessitam de um olhar mais acurado sobre a dimensão espacial. Saber criticamente a importante participação do espaço em nossas vidas significa se conscientizar de como e por que ele é concebido, percebido e vivido desta forma atualmente. Assim, modificar nossa vida cotidiana em qualquer grau possibilita modificar também o espaço em certo sentido.

Para tanto, primeiramente, devemos pensar o espaço como um resultante da ação social e, simultaneamente, como uma condição para a ação social, ou seja, significa ultrapassar concepções distorcidas, reduzidas e utilitaristas acerca do espaço. A ação social referida designa as múltiplas dimensões – econômica, política, simbólica, físico, ecológica etc. – postas em movimento através das relações sociais, ao relacionarem-se na realidade concreta, em que um dos principais alicerces é a dimensão espacial. Assim, o espaço enquanto uma dimensão social, imbricado com as demais, condiciona porque produz a sociedade, ou melhor, inerentemente é um elemento participativo do processo de (re) produção social, seja de forma imediata ou mediata⁴.

Cotidianamente isso acontece, entre um emaranhado de (inter) ações repetitivas e criativas, rotineiras e imprevisíveis, mas com algo em comum: a realização no espaço, do espaço ou, em síntese, a produção do espaço. Produção que, em seu sentido amplo, ultrapassa o economicismo e reencontra o econômico em relação concreta com outras dimensões do espaço vivido.

Dessa maneira, desconstrói-se a falácia do espaço neutro, inerte apenas como um suporte esperando a realização de algo (do planejamento territorial à mercadificação, por exemplo) por parte de alguém (do Estado ao capitalista, por exemplo), sem considerar o realizado e a realização enquanto momentos revolucionários e constitutivos da produção do espaço no sentido lefebvriano.

Lefebvre (2008) aplica uma interpretação do espaço num sentido mais amplo assim como Marx o fez em relação ao capital, substituindo “o estudo das coisas pela análise crítica da atividade produtora das coisas” (p. 14). Isso significa dizer que “não se trata de *localizar* no espaço preexistente uma necessidade ou uma função, mas, ao contrário, trata-se de *espacializar* uma

⁴ É por isso, aliás, que, até mesmo para acumulação do capital, o espaço é imprescindível.

atividade social, ligada a uma prática no seu conjunto, *produzindo* um espaço apropriado” (LEFEBVRE, 2008, p. 22).

O caráter diferencial de Lefebvre está em não se contentar com uma análise da produção e da distribuição desigual dos objetos sociais no espaço em si, pois inevitavelmente a compreensão da dinâmica será apenas superficial. Por conta disso, o autor tem como pressuposto o espaço, isto é, a produção social do espaço (social) que aprofunda a perspectiva anterior, a produção (econômica) no espaço. A produção, nesse sentido, de maneira multidimensional, refere-se à “produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações” (LEFEBVRE, 2008, p. 48-49). Em outras palavras e de modo mais abrangente,

não se restringiria à produção de coisas, no sentido clássico do termo, mas à produção como reprodução de relações sociais, bem como à compreensão da reprodução do espaço social como necessidade do modo de produção capitalista em sua fase de realização (CARLOS, 2011, p. 57).

A priorização desta premissa abarca questões, razões, contradições e conflitos que levam a compreensão/indagação do porquê do espaço se (re)apresentar desta forma atual e não de outra, o que o fez ser/estar assim e se existe a possibilidade de ser de outra maneira. Com tais preocupações, a produção do espaço “um conceito teórico e uma realidade prática” (OSEKI, 1990, p. 111) adquire um envoltório mais complexo ao abordar uma produção multidimensional do espaço e um espaço produzido relacionalmente.

Além disso, espaço sobre o qual nos debruçamos possui um contexto histórico-geográfico particular – físico, mental e social – referente ao cotidiano urbano da cidade. Lefebvre (2004a) estabelece uma distinção entre a cidade e o urbano: “a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o 'urbano', realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (p. 49). Em outras palavras, tendo em vista a acumulação do capital, a cidade é vista como a materialização das relações e práticas sociais, sendo assim construída para se tornar eficiente à produção, circulação e consumo de fluxos e mercadorias, enquanto o urbano, conectado a determinados sentimentos, valores, emoções, ideologias e imaterializações, fornece um significado, uma representação do que é percebido, concebido e vivido na/da realidade e de como o concebido e o vivido são percebidos no cotidiano. É nesse sentido que “as relações de produção

capitalistas dominam o espaço e se apropriam dele, passando a produzi-lo e a transformá-lo através do sentido do urbano” (SANTANA, 1999, p.182).

A cidade, cujo conteúdo é urbano, é em parte virtual e em parte real, ou seja, “a sociedade urbana não se encontra acabada. Ela se faz. É uma tendência que já se manifesta, mas que está destinada a se desenvolver” (LEFEBVRE, 2008, p. 81). Para o autor (2008, p. 84), toda a sociedade torna-se urbana já que as relações de produção existentes se estenderam e se ampliaram, chegando a abarcar “a agricultura e a realidade urbana”⁵, e a produzir, simultaneamente, centros de poder, de decisão, de concentração de riqueza e a segregação multiforme de cidades antigas, acarretando na dissolução das relações sociais.

O urbano, assim, tanto reuniria processos negativos de dispersão, de segregação, de concentração, quanto manifestar-se-ia como exigência do encontro, da reunião de todos os elementos da vida social (LEFEBVRE, 2008). A (co)existência conflituosa da separação e da reunião é o cerne do fenômeno urbano no cotidiano do espaço citadino, uma tensão que é retroalimentada por outras tensões provenientes do valor de uso e do valor de troca, da apropriação e da dominação, da ordem distante e da ordem próxima, por exemplo.

Dessa forma, a contradição é revelada ao ter a urbanização da sociedade acompanhada de uma deterioração da vida urbana, ou seja, “a explosão dos centros, a partir de então privados de vida social, pessoas segregativamente repartidas no espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 149). Ou seja, de modo mais amplo, a deterioração da vida urbana “pressupõe encontros, confronto das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver dos 'padrões' que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2004b, p. 15).

Diante de tal imbróglio, como uma forma de enfrentamento prático e teórico, Lefebvre (2008) pensa o direito à cidade, na medida em que “legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora” (p. 32). Para esse intento, Lefebvre argumenta que o direito à cidade implica no conhecimento de sua produção, do espaço, que, por sua vez, é imprescindível o conhecimento da vida cotidiana (MARTINS, 2008).

⁵ “A urbanização generalizada não apenas generalizou a especulação dita imobiliária, ela não apenas acompanhou a comercialização do espaço: ao invés da superação da relação cidade-campo, ela acarretou um magma, um caos nos quais a cidade e o campo se misturam confusamente” (LEFEBVRE, 2008, p. 158).

2.4

O acontecer da cidade como mediação: as múltiplas e conflituosas escalas no cotidiano

Após apresentarmos brevemente alguns princípios acerca da produção do espaço urbano da cidade, consideramos importante tecer algumas palavras a respeito do papel mediador da cidade e do lugar onde a mediação acontece mais intensamente: o cotidiano da vida urbana. O enfoque visa envolver ao mesmo tempo algumas de suas problemáticas e desafios, perpassando diversas interações entre diferentes processos, ações e intenções de sujeitos, grupos e classes sociais, no qual o entrelaçamento no mundo contemporâneo cada vez mais se amplifica assim como se especifica, ou melhor, se torna dialeticamente global e local. Em razão dessa dinâmica, cujo acontecer conflituoso e contraditório é no cotidiano das cidades, propomos agregar à análise a rica noção de ordem próxima e ordem distante do filósofo Henri Lefebvre, imbricada com outras abordagens semelhantes, como o ‘Mundo’ e o lugar de Santos (2006) e o Universal e o particular de Harvey (2008). Intenta-se, assim, desvendar o implícito e explícito processo de reconstrução permanente das escalas (dos ditames globais às idiossincrasias locais e vice-versa), das mediações (representadas pela cidade e pelo próprio cotidiano) e dos sujeitos (de sua corporeidade, de suas ações e intenções/ subjetividades).

Smith (1993 apud VAINER, 2001, p. 146), a respeito da “escalaridade da vida cotidiana”, escreve que ela vai “desde o nosso corpo, até o internacional”, que no dizer de Vainer (2001, p. 146) significa: “eu vivo cotidianamente no mundo e no meu local, no meu município, na minha cidade, no meu país”. Através dessa vivência cotidiana multi e transescalar a cidade “constitui escala e arena de construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas” (VAINER, 2001, p. 149). Aqui, reencontramos no e pelo espaço da cidade o urbano indissociável ao cotidiano, sendo a um só tempo produtos e produtores das práticas espaciais.

Isso se refere especificamente à produção de escalas espaciais, a qual Swyngedouw (1997, p. 141 apud HARVEY, 2004, p. 109) expõe que elas “nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em

termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações”. Tal dinâmica acerca da escala espacial se deve ao fato de que sua produção acontece em processos profundamente heterogêneos, conflituosos e contestados (SWYNGEDOUW, 1997 apud VAINER, 2001, p. 146). Além do que, essa multiplicidade de possibilidades escalares pode tanto desvelar como ocultar a realidade social, “de quem controla o que e em que escala”. Por outro lado, propicia pensar em campos diversos de ações políticas que partem do lugar, onde coexistem em tensão o global e o local, o universal e o particular.

Santos (2006, p. 339) afirma que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. A dinâmica entre as “razões” suscita processos “políticos-econômicos e socioecológicos” que vão além do lugar e da cidade, provenientes de forças externas que articulam-se com as condições internas. Aliás, sua produção ocorre porque, apesar de todos os lugares existirem “em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante”, eles “são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo” (SANTOS, 2006, p. 138). O alcance diversificado reside no fato de o “Mundo” escolher alguns lugares e rejeitar outros, e nesse movimento, modificar o conjunto dos lugares, o espaço como um todo” (SANTOS, 2006, p. 338)⁶. Em contrapartida, Santos (2006) complementa que o Mundo depende das virtualidades do Lugar para se tornar espaço, pois é ele “que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de uma realização mais eficaz” (p. 338).

Em outras palavras, corresponde a dizer que, a “ordem distante que se realiza através e na ordem próxima” somente acontece porque a ordem distante depende, enquanto necessidade e oportunidade possível, da ordem próxima⁷. Posto isso, permitimo-nos neste momento explicitar o implícito, ou seja, a ordem próxima e a ordem distante no espaço, onde uma é impregnada da outra: “ambas são complexos, simultâneos e integram distintos momentos e esferas da vida social” (LIMONAD & GONCALVES DE LIMA, 2003b, p. 99). Ferreira (2007) denomina de ordem próxima a apropriação da cidade pelo cidadão, estando ligada ao valor de uso, e de ordem distante a dominação ligada ao valor de troca. Nesse

⁶ A respeito da citação anterior, concordamos com Bessa (2004, p. 115) quando entende que o termo “modificar” significa também “diferenciar”, ou seja, “diferencia o conjunto dos lugares”.

⁷ É, aliás, a mesma inter “dependência” encontrada na relação entre o capitalismo e o espaço, conforme demonstrar-se-á mais a frente, no capítulo posterior.

ponto, o autor nos fornece pistas da complexa dinâmica presente em “distintos momentos da vida social”, assim como, nos auxilia na análise sob o prisma da cidade, incluindo aí desafios e problemáticas relacionadas ao urbano.

Longe de serem dicotômicos são profundamente integrados, em permanente tensão, cujo diálogo ocorre no cotidiano do espaço, mais especificamente na ordem próxima⁸, em meio a “complexa interação de todas as classes” sociais dominantes e dominadas. Um exemplo factual e comprobatório disso é constatado por Ferreira (2007) quando diz que “é na ordem próxima – e através dela – que a ordem distante persuade e completa seu poder coator”.

É através dessa dinâmica, por sua vez, que se realiza a reprodução contínua das relações sociais de produção, bem como as condições espaciais (e temporais) de sua concretização, ou seja, a ordem próxima existente em cada lugar, envolvendo uma diversidade histórico-geográfica singular relacionada à capacidade de resistência e/ou de assimilação perante aos ditames da ordem distante. Complementarmente, cabe ressaltar ainda que a conjunção das “ordens” no espaço não ocorrerá da mesma forma em nenhum outro lugar, seja devido a “projeção” única da ordem distante, seja devido às especificidades inigualáveis da ordem próxima.

De certo modo, a cidade, enquanto uma objetivação espacial e particular da totalidade e uma mediação, expressa e intermedeia essa relação conjuntiva e conflituosa na medida em que ela é

uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata (...) (LEFEBVRE, 2004b, p. 46).

A dinâmica pormenorizada nos esclarece que a cidade não é apenas o reflexo da sociedade, pois ela mesma é “um universo social, econômico e político; a cidade produz riquezas, produz e reproduz relações econômicas, políticas, culturais, etc. (...) Ela é também, um complexo de relações sociais – relações econômicas, mas também de relações de poder” (VAINER, 2001, p. 148). Dessa forma, a cidade é, ao mesmo tempo, um produto e uma condição das estruturas

⁸ “O cotidiano para Lefebvre integraria o que poderíamos chamar de ordem próxima, na medida em que a vida cotidiana traduz-se na vida de todo homem” (LIMONAD e GONÇALVES DE LIMA, 2003a, p. 23).

sociais estabelecidas, que além de herdar as desigualdades da estrutura social, as aprofunda (Op. Cit.).

Tal perspectiva é problematizada também por Harvey (2007, p. 23) quando expõe a necessidade articular as diversidades, as particularidades e a maioria das variações das idiossincrasias geográficas em relação a processos mais gerais de acumulação de capital. Ou seja, o desafio que se apresenta é dar um sentido coerente, analítico, entre o particular e o universal, estando o particular (sintetizada na ordem próxima) nos interstícios de uma teoria-prática geral do desenvolvimento geográfico desigual capitalístico. Dialeticamente, o universal sempre existe em relação ao particular, assim não é possível separá-los, ainda que constituam momentos distintivos (HARVEY, 2004, p. 316).

Essa premissa, aliás, nos remete a questão da totalidade vista relacionalmente com as partes que a constituem. A essencialidade concernente aos processos conjuntivos do todo e da parte implica necessariamente em contemplar a objetivação do movimento da totalidade que se refaz para existir, “dirigido à sua espacialização, que é também particularização” (SANTOS, 2006, p. 125).

2.5

A (inter) ação social: o elo de conexão, a via de relações conflituosas e a base de concretização dos sujeitos

O que possibilita a existência imanente e relacional entre o particular e o universal, entre a ordem distante e a ordem próxima, entre o “Mundo” e o lugar, entre o todo e as partes, é, no sentido elaborado por Santos (2006), a ação, pois os une através das (inter) ações recíprocas, cuja objetivação realiza-se no espaço e no tempo, no bojo do movimento da totalidade. Assim, o espaço temporal e simultaneamente a ação praticada pelo sujeito, ambas construções sociais, aparecem como uma necessidade existencial intrínseca à concretização social da totalidade, exemplificada aqui, na cidade. A síntese desse espaço temporal conjugada a essa (inter) ação multidimensional resulta num momento específico da totalidade em totalização: a particularidade. O particular, nesse sentido, reunião de singulares condições histórico-geográficas, somente é compreensível ao ser relacionado ao “Mundo”, ao todo, ou seja, ao universal; e tão importante quanto, é compreendê-lo, não como fragmento, mas enquanto a própria totalidade em movimento aberto.

O que emerge na discussão é a importância do espaço em seu caráter particular – o espaço da cidade – e em seu caráter total – a realidade urbana –, cada qual observada, ao mesmo tempo e em profunda implicação mútua, enquanto produto e processo. Além disso, o que une essas duas especificidades do espaço no próprio espaço é a ação, social por excelência: por ser (e não simplesmente estar) presente em qualquer período histórico da sociedade humana; por ser moldada e moldar, do sujeito à sociedade, as transformações sociais que se anunciam a todo instante; por ser o meio pelo qual o sujeito se humaniza ao se socializar; e por ser o meio pelo qual o sujeito, em conjunção com outras ações/sujeitos, produz a sociedade que o produz ao mesmo tempo.

Posto isso, a ação social não pode ser trabalhada de maneira cega, no sentido de ser aleatória ou/e fora de um contexto. Ela surge atualmente da relação entre sujeitos, grupos e classes sociais proveniente de uma sociedade urbana capitalista imbuída de uma pretensa racionalidade autoqualificada coerente, mas que é na verdade autodestrutiva. A ideia mais adequada para expressar o que desejamos e desvelar o que há por trás dessa racionalidade é a noção de intencionalidade, encontrada em Santos (2006) ao versar sobre os sistemas de objetos e os sistemas de ações.

A ação implica numa intencionalidade. Toda intencionalidade é proveniente de uma ação física e mental. Toda ação social é fruto de um conjunto de intencionalidades contraditórias posta em movimento relacional onde tudo se encontra e/ou deixa de se encontrar: o espaço. A organização espacial da cidade contemporânea, dentre as quais a do Rio de Janeiro, expressa as múltiplas determinações materiais e imateriais oriundas de ações sociais de sujeitos, grupos e classes sociais preenchidas de intencionalidades conflitantes.

São ações e intencionalidades datadas e localizadas, histórico-geográficas, isto é, são construções sociais que unem, no presente, diferentes temporalidades e espacialidades. A realidade urbana citadina, por meio da dimensão espacial da sociedade, explicita a profunda desigualdade do sistema capitalista manifestada nas segregações espaciais, como, por exemplo, favelas, guetos etc. Cada qual surgiu em uma determinada época e localização e permanece por adotar, em algum grau, estratégias sociais conscientes ou inconscientes (espaciais, econômicas, simbólicas etc.) em contraponto a determinações, ações e intencionalidades – remoções no intento de propiciar uma valorização imobiliária

no entorno constituído por bairros de classe média alta –, de determinados sujeitos, grupos e classes sociais embasadas na lógica capitalista e nas regras legais institucionalizadas pelo Estado.

A cidade, assim, “uma mediação entre as mediações”, demonstra que não é apenas resultado de determinações explícitas em ações e implícitas em intencionalidades de uma sociedade capitalista personificada no Estado e em alguns sujeitos, grupos e classes sociais, mas também é inerente à sua produção, ações e intencionalidades de alguns sujeitos, grupos e classes sociais incluídos precariamente que se contrapõem, resistem e moldam em certo sentido as próprias determinações, o que revela a mútua implicação das inter (ações) de forças (sobre) determinantes e forças determinadas. Portanto, descobrir as razões, a natureza dos interesses, as forças conflitantes, o conteúdo das ações e intenções sociais destas relações significa (re) encontrar o sujeito enquanto totalidade e, por conseguinte, o porquê de cada espaço/cidade ser o que é hoje, apresentar o que apresenta hoje, representar o que representa hoje e possibilitar o que pode ser amanhã.

Dessa forma, a (inter) ação no espaço, que une o Universal e o particular, a ordem próxima e a ordem distante, o todo e as partes, traz à tona um elemento a mais: a conflituosidade no âmago da concretização da totalidade.

2.6

Faces da concretização do ser: a prisão e a liberdade

A concretização não é um ato ou processo externo ao sujeito, ao contrário é algo inato ao seu ser. O sujeito está sujeito a concretização, não compete a si a decisão de participar desta condição. Por estar perpetuamente ligado, essa condição se configura como uma espécie de prisão ao qual o sujeito está submetido, quer queira ou não, quer tenha consciência disso ou não; de tal modo que conforma a sua maneira de agir e de pensar, independentemente da época histórica e do espaço geográfico em que vive. A concretização, como a própria raiz da palavra sugere, não diz respeito à abstrações realizadas da realidade, mas sim a ação de tornar concreto determinados processos sociais por meio de práticas sociais. É através da ação que a concretude toma forma e produz conteúdo.

Desse modo, a concretização apresenta-se como uma condição existencial necessária ao sujeito, porém a maneira pela qual ela se realiza depende diretamente das condições sócio-histórico-geográficas que se impõe de acordo

com cada época e lugar. Na contemporaneidade, por exemplo, vislumbra-se a imposição hegemônica do modo de produção capitalista, presente em (quase) toda sociedade, embora alcançando desigualmente todos os lugares, o que, por conseguinte, influencia no processo de concretização do sujeito na sociedade, na forma pela qual o sujeito torna-se concreto. A condição existencial passa a ser retroalimentada por uma contingência histórica. A vida, então, adquire uma dupla prisão, se assim o sujeito conseguiu enxergar, com uma diferença importante entre ambas: a condição não se tem escolha enquanto a contingência pode se escolher não ter.

Se por um lado a concretização representa uma forma de prisão à condição existencial, por outro também representa a liberdade em forma de potência intrínseca ao ser. O eterno refazer ao qual o sujeito está sujeito é o que explica essa imanência. Desde o dia em que nasce até o dia de sua morte, o mesmo sujeito nunca é o mesmo a cada momento da vida. A cada vivência objetiva subjetiva resulta em novas e diferentes experiências de vida acumuladas, como um ponto de chegada provisório para um próximo ponto de partida. Isso significa dizer que cada momento da vida representa ou pode representar um novo começo (uma oportunidade escondida), construído e sendo construindo. A inevitabilidade do recomeço expressa um aspecto da liberdade que o sujeito traz em si, mas que somente atinge a completude à medida que é manifestada e posta em prática no concreto.

Assim, a amplitude, a dimensão e o sentido no qual a liberdade pode assumir está diretamente vinculado às condições sócio-histórico-geográficas em que o sujeito está inserido. Fatores que podem delimitar e limitar ou estimular e proporcionar a concretização da liberdade, contudo ainda sim são incapazes de destruí-la enquanto uma potência do ser, visto que a própria concretização do ser abre essa possibilidade ao ser também o meio pelo qual a transformação se objetiva.

“Somos uma metamorfose ambulante”, cantou o músico poeta, pois estamos em contínua transformação (biológica, físico-química, social, comportamental, mental, histórica, política, cultural, econômica, ética, geográfica, entre tantas e tantas outras dimensões); somos a própria transformação em ato contínuo, cuja interrupção é provocada apenas pela morte.

Uma transformação particular via de regra objetiva, por se tratar de um sujeito que se realiza invariavelmente enquanto um ser social no âmago de uma realidade concreta também permeada por um movimento próprio de transformação. Não há melhor exemplo do que a metáfora de Heráclito de Éfeso, no qual “é impossível entrar no mesmo rio duas vezes”. Não apenas o sujeito não é mais o mesmo, o rio também não o é, por ser percebido de forma diferente e por ter mudado. A equivalência na relação entre o sujeito e a realidade concreta não poderia ser maior: o processo de transformação social, em certo sentido, os separa, pois cada qual se metamorfoseia num ritmo próprio, e, concomitantemente, os une, ao se metamorfosearem ao mesmo tempo. Um não está somente constituído no outro; mas um depende do outro para se realizar, como uma unidade, uma totalidade na Totalidade.

Entretanto, para que esse pressuposto se concretize em percepção, concepção e vivência de vida ainda é necessário um elemento agregador e dinamizador crucial: as práticas ou ações sociais. As práticas sociais em interação na sociedade vêm a ser o elo de conexão entre (a mente e o corpo do) o sujeito e a realidade concreta, entre as duas escalas/ dimensões de transformação, e, por conseguinte, o combustível (o movimento em ato) que retroalimenta e dinamiza o contínuo processo do sujeito em sociedade na realidade.

“Estamos condenados a sermos livres”, afirmou o filósofo existencialista, não temos escolha a não ser nos transformar, quer queira ou não, quer tenha consciência disso ou não. Portanto, nossa existência é para sempre atrelada a essa condição de incerteza, de múltiplas possibilidades possíveis; elementos que nos levam a enveredar a cada transformação/ concretização rumo ao desconhecido, embora vinculada, determinada e fundamentada nas experiências conhecidas. Nesse sentido, essa perspectiva revela toda a potência aberta contida na liberdade, da mesma forma em que explicita o que essa ‘maldição’ pode provocar: de que a vida está sempre prestes a se desfazer sob os nossos pés, ainda que implique como consequência num recomeço.

É nesse contexto que a liberdade, ao lado da ideia de prisão, perfazem-se como facetas da concretização do sujeito.

2.7

A concretização do sujeito total no cotidiano do espaço urbano: a mediação e o imediato

A discussão que se segue tem como fonte inspiradora a premissa contraditória levantada pela geógrafa Carlos (2001), sinteticamente expressa na seguinte passagem:

O conflito é produto da contradição entre o espaço vivido como valor de uso e o espaço que se reproduz, tendencialmente, como valor de troca; um conflito que se desenvolve na vida cotidiana e se manifesta como problemática espacial (p. 286).

O que se evidencia inicialmente é o fato de o espaço ser o lugar onde o cotidiano de nossas vidas existe e se concretiza. Desse modo, os conflitos e as contradições sociais se manifestam, se desenrolam e se constituem no espaço, a ponto de, ao mesmo tempo, constituí-lo. Revelado assim, com esses elementos e processos em permanente tensão, o espaço vem a ser um produto concreto do cotidiano, contendo (i) visíveis e (im) perceptíveis alienações e limitações, e permeado por múltiplas transgressões e possibilidades. O espaço assim repensado, em meio a determinação do valor de troca sobre o valor de uso, torna-se uma condição concreta da realização do cotidiano, uma vez que suas formas e ordenações (pré) existentes e seus conteúdos e significações (representações) influenciam diretamente nas (inter) ações físicas, mentais e sociais de quem dá e (é capaz de) transforma (r) o sentido existencial do cotidiano, o sujeito.

O espaço ao ser concebido, percebido e vivido assim, vislumbra-se como um meio seminal para o acontecer cotidiano. Acontecer que, entre o universal e o particular, abrange tanto o trivial, a rotina e o esperado quanto o radical, inesperado e o caótico, reunidos em contradição e postos em movimento no cotidiano por meio do papel mediador que o espaço assume no real, sem o qual a concretude da vida não existiria, se estilhaçaria em abstrações absolutas. O movimento social do acontecer cotidiano é ininterrupto, embora possa ser rompido, despedaçado e distorcido, pois se trata de um *vir a ser* contínuo que o sujeito cria ao mesmo tempo em que é criado e conduzido a construir e destruir, a negar e afirmar, a mudar e permanecer, a se concretizar e se alienar, a se concretizar e se totalizar, a viver e morrer. O *vir a ser* cotidiano encontra no espaço um meio de existir e o meio de realização concreta, cuja importância está no fato de ser o lugar do momento de toda transformação social. São nas

entranhas do espaço sob as nuances contraditórias do cotidiano que o que é “imediato” surge ou é identificado como tal, tendo em vista a perspectiva alinhavada por Lefebvre (1975), como vivência sensível primeira. São em seus interstícios, onde as contradições do/ no cotidiano afloram e se estabelecem, que fica mais proeminente a função mediadora que o espaço exerce sobre a realidade social urbana, através da qual as ações surgem, se encontram e se interagem; os objetos são criados, metamorfoseados e destruídos; as representações são concebidas, se implicam e se materializam; o sujeito se concretiza enquanto totalidade e se torna concreto em totalidade; o *vir a ser* ganha vida a cada evento, a cada breve instante, ao congregar as condições necessárias para o imediato e ao possibilitar o movimento cotidiano do (que é) imediato.

Mais algumas palavras são precisas sobre o último ponto aludido, a fim de esclarecer melhor o que se quer dizer com o *vir a ser* imediato do cotidiano. A partir da imbricação com a mediação do/ no espaço, o imediato deixa de ser um, num momento primeiro, para virar outro, num momento seguinte, porém, agora, diferente e enriquecido pelas singulares experiências e processos recentemente acumulados do que acabou de se passar e deixou marcas. Uma dinâmica eventual sempre temporária por estar em constante estado de reformulação pelo movimento da vida no cotidiano do espaço, visto que o imediato sob a mediação perfaz-se como um ponto de partida em direção a um ponto de chegada que é simultaneamente um diferente (outro) ponto de chegada. Um *vir a ser* que abrange todos os momentos em relação concomitante, mas cada qual possuindo um ritmo de mudança próprio, assíncronico.

O imediato, assim, torna-se um elo de conexão entre o espaço como mediação, o cotidiano como contexto social particular e o *vir a ser* como movimento integrador e perpétuo. Por tamanha importância, o que seria então o imediato ao qual tanto se refere aqui? Em contornos bem específicos, além de comportar o lugar da coexistência de momentos simultâneos em transformação cognata, o imediato expressa a íntima junção no/ do cotidiano entre o lugar, o momento e o sujeito social em ação (a espacialidade, a temporalidade e a sociabilidade), que a cada evento/ circunstância da vida representa e adquire uma forma e conteúdo tão único quanto múltiplo. É uma espécie de síntese contida no cotidiano: temporária porque sempre se refaz; rústica ou disforme porque

inacabada; determinada porque histórica e geograficamente construída; social porque fruto da vivência individual e coletiva.

Pode se dizer talvez que seja o núcleo da cotidianidade cuja existência e realização só é possível mediante a mediação do espaço e o eterno movimento do *vir a ser* social, essencialmente relacionados. Por que pôr o imediato como núcleo? Porque é o imbróglio contraditório onde tudo começa e não se acaba, se transforma: o poder se estabelece e enfrenta resistências e insurgências; a alienação se aprofunda, se reproduz, e encontra (re) existências; o espaço é posto como instrumento à dominação e como uma via e elo à transgressão; as (inter) ações repetitivas e fechadas se chocam com as (inter) ações criativas e livres; o sujeito pode potencialmente se concretizar ainda que esteja submetido a alienação; as representações da realidade são distorcidas e são constantemente questionadas; a reprodução do capital tanto se consolida quanto é solapada pelos princípios e práticas da reprodução da vida.

Em poucas palavras, ao imergir no cotidiano descobre-se o imediato mediado pelo espaço e pelo tempo, o lugar onde o instante da vida se prova concreto, se dinamiza e se transforma; ao emergir do cotidiano e retornar consciente da importância e da dinâmica concreta do imediato, a percepção *a posteriori* sobre o cotidiano se modifica na medida em que sua realização é apreendida e revelada.

2.8

A concretização do sujeito total no cotidiano do espaço urbano: a mediação e as dimensões do ser

A trajetória percorrida até aqui teve início na tentativa de demonstrar o espaço enquanto um produto, condição e meio (mediação) da sociedade. Durante a análise, algumas questões ganharam mais destaques, outras foram postas de lado, enquanto outras inesperadamente surgiram, sem ter sido planejado *a priori*. Isso é fruto da reflexão, é o fruto colhido e construído a partir dela. A reflexividade permite e incita, então, a abertura de novos questionamentos acerca de considerações já postas, de tal modo que a análise avance ao agregar diferentes questões ainda não descobertas.

O espaço especificamente como mediação é uma dessas questões que merece uma atenção a mais por trazer apontamentos relevantes à discussão travada. Lefebvre afirma que mediante a sobredeterminação do urbano articulado

ao aprofundamento da reprodução das relações sociais capitalistas, a cidade passa a ser uma mediação *capital* das mediações, enfatizando a participação crucial do espaço (urbano por excelência) para inata relação cotidiana entre a ordem próxima e a ordem distante, para universalização do particular e para particularização do universal, para a reprodução da vida e, de forma contraditória, para a reprodução do capital. Debruçar-se-á ainda mais ao longo do trabalho sobre esses processos mediados pelo espaço e mediadores da realidade, assim como já foi feito anteriormente. No momento importa compreender melhor essa condição de mediação do espaço principalmente no que se refere ao papel do sujeito nesse processo.

O espaço só é mediação porque antes de tudo é um produto, aliás a própria mediação vem a ser um produto proveniente da interação, posto enquanto uma condição à existência e expressando a existência condicionada. Seja qual for a denominação/ significação em relação ao espaço, há de está sempre vinculada a uma sociedade específica, totalidade concreta constituída por múltiplas totalidades em mútua imbricação. O vínculo se alicerça no fato de o espaço ser um constructo social, tão subjetivo quanto objetivo, uma vez que é o resultado da necessidade existencial (ontológica) de agir do ser humano (tornado sujeito em sociedade) sobre o meio (tornado geográfico em sociedade); por isso perfaz-se como produto, condição e meio. Concomitantemente, perfaz-se como uma dimensão da sociedade, uma totalidade da Totalidade, haja vista o seu papel de mediação.

Esse é o pano de fundo no qual o espaço urbano da cidade contemporânea se manifesta em toda sua complexidade, o que também auxilia evidenciar uma dimensão da concretude do sujeito. Como modo de evitar equívocos, em nosso ponto de vista, a cidade não se configura como a mediação das mediações, embora seja uma das mais vitais, sem dúvida nenhuma. Essa condição seminal cabe ao sujeito total, por ser social, exercer e assumir.

O sujeito é por excelência, a mediação das mediações, a mediação catalisadora de todas as mediações – tal como o espaço da cidade – ao ser o meio pelo qual todas as mediações sociais surgem, se dinamizam ou desaparecem, sendo ao mesmo tempo o ponto de partida e de chegada. A causa e o motivo do surgimento e das interações decorrentes da mediação, advêm do sujeito em (inter) ação, sem o qual perderia todo o sentido existencial que a fundamenta. Assim, o sujeito é a razão pela qual as mediações enquanto constructos sociais existem que,

em contrapartida, proporcionam a existência efetiva de quem as cria. Por exemplo: o sujeito é quem transforma o espaço em um produto, condição e mediação (meio); o espaço (mediação) é o que torna possível a concretude do sujeito na condição de ser a mediação das mediações. A mediação para o sujeito vislumbra-se tanto como o meio de realização social (histórico-geográfico) quanto como necessidade criada vital para a sua própria realização, de tal maneira que possibilita o estabelecimento das relações com o(s) *outro(s)* em sociedade e perpetua a interação com a realidade a sua volta; em suma, viabiliza a concretização individual e coletiva do sujeito.

Então como a mediação a partir do sujeito acontece? Através da cognata relação entre o corpo, a mente e a prática, cujo destaque maior nessa complexa relação, dar-se-á em torno da corporeidade que age consubstanciado pela subjetividade, uma vez que a subjetividade (individual produzida coletivamente) para existir prescinde do movimento imediato que a ação impulsiona e das experiências sensíveis (i) materiais que a corporeidade proporciona; refere-se ao que o vivido projeta e instiga ao percebido e ao concebido. É essa tríade indissociável que permite que o ser humano exista em individualidade e coletividade, que o sujeito se concretize em totalidade em sociedade tornando a sociedade concreta. Por sua vez, essa concepção de sociedade concreta somente tem sustentação teórica e prática se for contemplada a mediação que torna isso possível, o sujeito total, ou melhor, a conjugação das indissociáveis dimensões do ser postas em movimento mediante a interação de si (e) com o *outro*, a cada instante da vida no espaço-tempo, a cada imediato que o *vir a ser* cotidiano induz e transforma. Processo este, presente de forma diversa em uma multiplicidade de possibilidades encontradas em toda e qualquer época e lugar da história humana social e, ao mesmo tempo, presente de forma única pois reúne contornos bem específicos (inigualáveis) de realização fazendo com que cada instante de concretização, independentemente do lugar e da época, não se repita jamais. E é através desse processo, em que o singular fundamenta o universal que o recria, que o sujeito produz em sociedade as dimensões e as mediações sociais (como o espaço, o tempo, a política, a cultura, a economia etc.), que acabam por alicerçar sua própria existência, assim como também condicioná-la.

Nesse sentido, “a criatura se volta contra o criador”. A mediação, envolvendo processos e dimensões sociais em (inter) ações com (s) *outro* (s),

além de ter origem enquanto um produto do sujeito mediador, também é capaz de atravessá-lo ao adquirir amplitude e contornos que fogem ao seu controle individual (de compreensão) por serem dinâmicas sociais, a ponto de condicionar suas ações, intenções, ideias, vivência corpórea, independentemente de sua vontade. Na sociedade contemporânea, a mediação que permite o movimento relacional e imediato do sujeito é permeada intensamente por determinações e alienações oriundas da reprodução do poder do capital, de modo que os contornos assumidos fujam ainda mais do controle e da compreensão do sujeito ao serem meticulosamente reconfigurados de acordo com as necessidades de reprodução impostas, a partir de lógicas mercadológicas, distantes e deletérias. Ainda sim, cada momento imediato da vida cotidiana do sujeito, embora sendo transformada e limitada, traduz-se como uma oportunidade em potencial de construir e de participar da transformação dessa realidade, um pouco que seja partindo do seu modo de viver, um tanto que seja partindo do seu modo de se organizar e de se insurgir, enquanto um ser total.